

Workshop Internacional sedimentou discussões sobre a Modernização do Setor Elétrico

MARISETE DADALD PEREIRA E
AGNES M.A. DACOSTA, DO MME
Secretária-Executiva e Chefe da Assessoria Especial em
Assuntos Regulatórios do Ministério de Minas e Energia

Há muito não se via um alinhamento tão grande entre as instituições que formam a governança do setor elétrico brasileiro.

Desde a instituição do Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico, no início de abril, pelo Ministério de Minas e Energia, EPE, ANEEL, CCEE e ONS estão trabalhando intensamente, lado a lado, com o MME, no que o Presidente do Conselho da CCEE, Rui Altieri, chamou de “força tarefa da Modernização”, na abertura do Workshop Internacional sobre a Modernização do Setor Elétrico, realizado na semana passada no MME. Trata-se do sexto evento público realizado no contexto dos trabalhos em desenvolvimento pelo Grupo.

Essa sintonia entre as instituições que são responsáveis pelo bom funcionamento do setor elétrico brasileiro foi também percebida pelo grande público do ENASE, realizado em 28 e 29 de agosto, que se impressionou com o discurso coerente e ponderado de todas as entidades, desde as palavras de abertura do Ministro Bento Albuquerque.

Na ocasião, o público, percebendo esse alinhamento, deu um sinal de crédito ao trabalho em curso: 60% dos mais de 1.000 presentes responderam à pergunta de pesquisa interativa no sentido de que esperavam que qualquer reforma não poderia ser realizada em menos de 3 anos.

Desde o início dos trabalhos do GT, o MME abriu diversas consultas públicas sobre temas estruturantes para o setor como preço horário, critério de suprimento, continuidade da abertura de mercado e lastro e energia: todas elas fundamentadas com documentação gerada não só pelo MME, mas também das entidades vinculadas.

O que se nota dessas iniciativas é que essas instituições vêm se aprofundando para a elaboração de uma solução estrutural para o setor, pautando para discussão pública e transparente, conforme orientado pelo Ministro, os rumos que pretendem dar para esses pilares do setor, que possivelmente poderão lograr alterações nas regras num horizonte inferior aos 3 anos.

O mercado já percebeu que há muito a se fazer para tornar realidade uma Modernização com base nos princípios gerais resultantes da Consulta Pública 33. Mesmo assim, às vezes questiona se os trabalhos em curso não poderiam levar a uma implementação mais ágil. Trata-se de questionamento que o próprio

Ministério se faz, ciente de sua responsabilidade e dever de propor alterações nas regras setoriais que preservem o funcionamento do todo. As contribuições recebidas dos agentes durante os workshops e consultas públicas corroboram esse entendimento.

As recentes bem-sucedidas iniciativas do Novo Mercado do Gás inspiram a todos a colocar mudanças em prática, observadas, naturalmente, as diferenças entre os setores, com níveis de maturidade distintos. O setor elétrico conta com milhares de agentes, mercado regulado e livre e uma miríade de contratos de todos os prazos possíveis, e é com essa complexidade que a Modernização precisa lidar.

Visivelmente, o MME junto com EPE, ANEEL, CCEE e ONS estão preocupados com os detalhes da implementação de uma Modernização. Aliás, é isso que todo o setor sempre desejou que tivesse sido a preocupação em movimentos que mudaram substancialmente as regras do setor nos últimos anos.

As instituições demonstram atenção a questões como transição e impactos em todos os elos da cadeia do setor elétrico porque já aprenderam que efeitos inesperados e indesejados acontecem e, muitas vezes, custam muito caro para a sociedade para serem revertidos.

Em linha com a forma como o MME e as entidades vêm promovendo a Modernização, a necessidade de se dar atenção ao sequenciamento das mudanças que devem ser endereçadas num movimento de abertura de mercado, observando-se a adequação dos recursos à expansão, foi uma das mensagens que os renomados palestrantes trouxeram ao Workshop Internacional, para contribuir com o debate brasileiro.

Os especialistas internacionais externaram a compreensão, com base na experiência de seus países, de que os movimentos de reforma, de modernização são movimentos contínuos, mas que é necessário ter consciência da necessidade de aperfeiçoamento das regras.

O setor elétrico precisa sair de uma contratação prioritariamente de longo prazo, sem esquecer financiabilidade da expansão, porque todos já sabem que isso pode ficar caro para o consumidor, além do fato de que já se verificou que relações contratuais longas, num contexto mutante, levam muitas vezes à necessidade de realização de ajustes pontuais em regras, como bem apontou um dos palestrantes, que no Brasil se cunhou de “puxadinhos”. O setor se torna mais complexo, menos eficiente.

Então fica evidente que as mudanças se farão na direção de um mercado mais livre, menos engessado, em que os agentes possam responder a sinais de preços, com a alocação correta dos custos, levando a decisões que maximizem o bem-estar de todos.

Assim, dos debates ocorridos ficou bastante claro que é necessário evoluir na discussão sobre contratação de lastro, mas sem perder de vista que é mais essencial ter o mercado de energia funcionando de forma mais eficiente e competitiva. Aqui entra então a reflexão realizada no evento de que é premente um maior aprofundamento na formação de preços porque preços críveis são a base de um mercado que funciona eficientemente.

Todavia, com base nos questionamentos vindos da plateia, também se tornou bastante visível que o setor, ao mesmo tempo que questiona, também tem apego à cultura setorial bastante centralizadora, que ficou latente quando discutidas as experiências dos outros países na Europa e na América do Norte. Nesses países, os Estados não participam da otimização do uso dos recursos hídricos, da coordenação da geração de hidroeletricidade em cascata nem tampouco da formação de preços considerando a hidrologia.

No setor elétrico brasileiro a formação de preços e a operação do sistema tem como objetivo a preservação dos recursos hídricos. E isso ocorre de forma centralizada: o Estado é, em última instância, responsável por que não falte água nos reservatórios. E não só para geração de energia elétrica. Modernizar do jeito que o setor vem demandando e as instituições setoriais estão avaliando como implementar implica transferir essa responsabilidade em maior ou menor grau para os agentes setoriais.

Mas os debates ocorridos no Workshop serviram para que o setor verificasse que é possível funcionar sem o Estado realizando esse tipo de decisão pelos agentes, mesmo com hidroeletricidade em cascata (o que foi bem retratado no caso da Noruega), mesmo com renováveis intermitentes.

Menos evidente, contudo, é se os mercados conseguem dar respostas tão eficientes em economias, como o Brasil, com taxas de crescimento bastante superiores às das economias maduras. O papel do planejamento setorial e da contratação de lastro podem contribuir para endereçar essa preocupação.

De qualquer forma, também ficou bastante claro das reflexões realizadas no Workshop que um aumento de liberdade no setor tem que vir acompanhado de direitos

e obrigações, para os agentes e para o Estado, que precisa criar todo um arcabouço para lidar com poder de mercado e o abuso dele, com regras claras de incentivos positivos e negativos, para evitar comportamentos oportunistas.

Também por isso retoma-se, para concluir, que esse é um processo que não se pode esperar que ocorra de um dia para o outro por mais que todas as instituições setoriais tenham convicção de onde se quer chegar. Porque tratar da Modernização não é apenas tratar de onde se quer chegar, nem apenas de como implementar, mas também de criar as regras para que aquilo que se quer implementar não seja distorcido depois, gerando instabilidade e ameaçando a sustentabilidade do setor.